

SIMPÓSIO

REFAZENDO AGENDAS, OBJETOS E OLHARES: CAMINHOS E PERSPECTIVAS PARA A CIÊNCIA POLÍTICA NO BRASIL

*Adriana Cattai Pismel*¹

*Juliana Aguilera Lobo*²

*Mariana El Khoury Oliveira*³

*Vinícius de Souza Sturari*⁴

A revista *Temáticas*, criada em 1993 por estudantes de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/UNICAMP) — e organizada até hoje por discentes de pós-graduação do Instituto — completa 30 anos de publicação, fomentando debates e contribuindo para

¹ Mestra e doutoranda em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas. Pesquisadora do NEPAC/UNICAMP. Foi editora da revista *Temáticas* entre 2016 e 2023. E-mail: adrianacpismel@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5022-2141>.

² Mestranda em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas. Instituição financiadora: CAPES/CNPq. Pesquisadora do NEPAC/UNICAMP. Foi editora da revista *Temáticas* entre 2022 e 2023. E-mail: j.aguileralobo@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-5538-8951>.

³ Mestranda em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas. Instituição financiadora: CAPES/CNPq. Pesquisadora do PEPOL/UNICAMP. Editora da Revista *Temáticas* desde 2023. E-mail: elkhouryoliveira@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0678-999X>.

⁴ Doutorando em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas. Instituição financiadora: CAPES/CNPq. Pesquisador do NEPAC/UNICAMP e do GEPPADE/UNESP. Editor da revista *Temáticas* desde 2023. E-mail: v.sturari@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0727-770X>.

discussões interdisciplinares nas Ciências Humanas. Em comemoração ao aniversário da revista, a equipe editorial organizou simpósios de discussão com especialistas das principais áreas debatidas na revista. Convidamos profissionais que são referência na área em que atuam e que participaram de alguma maneira da *Temáticas* — como autoras/es, organizadoras/es de dossiês, pareceristas, membros do corpo editorial científico nacional, editoras/es de dossiês e editoras/es da revista — para responder algumas questões que procuram oferecer balanços de áreas de pesquisa.

A primeira edição da *Temáticas* de 2023 contou com três publicações na seção Simpósios, que estreamos para comemorar nossas três décadas de publicação: “Horizontes do pensamento social brasileiro” (TRESOLDI; HELAYEL, 2023) e “Passado, presente e futuro: perspectivas sobre a teoria social no Brasil” (SILVA; TRESOLDI, 2023), ambos com entrevistas com pesquisadores das áreas de Pensamento Social Brasileiro e da Teoria Social, e a publicação dos editores da *Temáticas* intitulada “A editoração científica como artesanato intelectual” (PISMEL et al., 2023). Para a segunda edição do ano, apresentamos este Simpósio visando cobrir a disciplina de Ciência Política.

Uma das principais disciplinas debatidas na *Temáticas*, a **Ciência Política** aparece em pelo menos três números da publicação como tema principal — “Entre greves, ocupações e golpes: o Brasil de 2016” (n. 47-48/ 2016), “O ciclo petista: reflexões a partir das Ciências Sociais” (n. 53/ 2019) e “Militares e militarismos: perspectivas interdisciplinares sobre o universo militar” (n. 56/ 2020) —, e tangencialmente em diversos outros. Considerando a importância deste campo de pesquisa na história da revista, é com satisfação que apresentamos o Simpósio **Refazendo agendas, objetos e olhares: caminhos e perspectivas para a Ciência Política no Brasil**, que reúne a colaboração de cinco especialistas de diferentes gerações e instituições, que se disponibilizaram, muito generosamente, a responder a quatro perguntas que formulamos. Esperamos que as reflexões e discussões aqui realizadas colaborem para o balanço da disciplina nas últimas décadas, assim como para o constante fazer e refazer coletivo da Ciência Política no país.

Quando falamos em Ciência Política no Brasil, estamos nos referindo a aproximadamente três ou quatro gerações de profissionais que conformaram seus padrões disciplinares entre as décadas de 1970 e 1980. Também estamos falando de uma disciplina que tem como tradição um pensamento político ativo e “a um só tempo atento ao debate internacional e voltado para a intervenção prática” (LESSA, 2011, p. 08). De acordo com Avritzer *et al.* (2016), a Ciência Política no país é a 13ª colocada no ranking internacional da disciplina. Renato Lessa (2011) argumenta que, ainda que a história da Ciência Política nacional seja recente, é possível traçar sua gênese relacionada aos cursos de Ciências Sociais.

O surgimento das Ciências Sociais no Brasil remonta aos anos 1920, representada pela inclusão da Sociologia no currículo do ensino secundário (OLIVEIRA *et al.*, 2021). Nas duas décadas seguintes, cursos de Ciências Sociais foram criados no Ensino Superior graças à combinação entre o “avanço das universidades públicas com a disponibilidade de recursos governamentais para a criação de centros independentes de reflexão e investigação” (MICELI, 1989a, p. 12 *apud* OLIVEIRA *et al.*, 2021, p. 8).

Já a Ciência Política se consolidou como disciplina científica no país na década de 1960. Diferente de suas disciplinas irmãs, a Sociologia e a Antropologia, ela se autonomizou por meio da criação de programas de pós-graduação que abriram espaço para “um grau crescente de especialização, que possibilitou um distanciamento significativo com relação às outras ciências sociais, especialmente a sociologia” (OLIVEIRA *et al.*, 2021, p. 4). Os primeiros centros de estudos e programas de pós-graduação da disciplina se concentraram no Sudeste brasileiro, em especial nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Oliveira *et al.* (2021, p. 11) argumentam que, apesar da repressão sofrida pela comunidade acadêmica durante os anos da ditadura civil-militar, redes de investigadores e investigadoras foram tecidas em torno de agendas comuns. Essas redes buscavam desenvolver interpretações para além dos enquadramentos sociológicos hegemônicos e introduzir “variáveis de análise da mudança institucional, com categorias e análises políticas”.

O desenvolvimento inicial da Ciência Política nacional foi profundamente impactado pelas escolas francesa, alemã e, principalmente, a estadunidense, contando com o financiamento de instituições internacionais, como, por exemplo, a Fundação Ford, que concedeu bolsas de pesquisa e promoveu intercâmbio de professores do Brasil e dos Estados Unidos. Esta questão se expressa pela absorção do modelo metodológico e da agenda de pesquisa norte-americana, como demonstrado por Oliveira *et al* (2021):

De acordo com Keinert e Silva (2010), a Ciência Política assumiria uma posição estratégica em razão do seu potencial em elaborar políticas públicas, viabilizando um perfil disciplinar orientado para uma agenda político-nacional com bases institucionais do regime liberal-democrático, dando-se ênfase a assimilação de técnicas e métodos quantitativos. (OLIVEIRA *et al.*, 2021, p. 11)

Em 1986 foi criada a Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) e, em 1989, surge o primeiro curso de bacharelado em Ciência Política na Universidade de Brasília (UnB). A ABCP reúne pesquisadores, professores e estudantes de Ciência Política e de áreas correlatas, como Relações Internacionais. Ao longo de seus mais de 30 anos, a Associação promoveu diversas atividades acadêmicas, como cursos e congressos bienais, que contribuíram para o processo de institucionalização e consolidação desta disciplina no Brasil. A partir de 2009, passou a participar da organização do Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política, concebido como “(...) uma iniciativa autônoma dos estudantes da área para aumentar o escopo dos debates a nível de pós-graduação”.⁵ A Associação ainda publica, desde 2007, a *Brazilian Political Science Review*, a revista mais importante da disciplina e com alto impacto.

Em 2017, a ABCP iniciou seu processo de regionalização com a criação de diretorias regionais escolhidas através do voto, visando

⁵ Disponível em: <https://cienciapolitica.org.br/web/index.php/pt-br/institucional>. Acesso em: 31 de out. de 2023.

aumentar sua capilarização. Atualmente, a disciplina de Ciência Política e Relações Internacionais da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) conta com 61 programas de pós-graduação no total, sendo divididos da seguinte maneira pelas regiões do Brasil: (1) Centro-oeste: 8 programas; (2) Nordeste: 12 programas; (3) Norte: 2 programas; (4) Sudeste: 27 programas e (5) Sul: 12 programas.⁶ Esses dados corroboram o diagnóstico feito por alguns entrevistados neste Simpósio, quando indicaram que há um esforço em curso de diversificação regional, que caminha para democratizar e descentralizar a produção inicialmente concentrada na região Sudeste.

Como as/os leitoras/es poderão conferir no presente Simpósio, as/os participantes contribuíram com análises sobre o desenvolvimento da Ciência Política brasileira, como o crescimento de estudos transdisciplinares e a diversificação teórica e metodológica, que incentiva a complementaridade entre métodos quantitativos e qualitativos para produzir estudos progressivamente mais refinados. Com o avanço tecnológico, investir no uso de *softwares* e métodos de extração e de análise de dados digitais é uma tendência crescente. Em decorrência dos eventos conjunturais na política nacional dos últimos anos, alguns temas desafiadores exigem o esforço combinado de diversas agendas para serem melhor compreendidos — como o avanço do conservadorismo, o impacto dos processos de desinstitucionalização provocados por governos de direita e extrema direita, e as relações entre civis e militares. Outra discussão necessária e que foi tardiamente incorporada pela Ciência Política é a abordagem descolonial (como observado pela professora Suzeley Kalil Mathias em uma de suas respostas) — que nos ajuda na tarefa de desconstruir abordagens convencionais e reconstruí-las para uma Ciência Política cada vez mais orientada para a mudança social.

Para o presente Simpósio, contribuíram com reflexões estimulantes sobre a disciplina de Ciência Política as pesquisadoras **Euzeneia Carlos** (UFES), **Suzeley Kalil Mathias** (UNESP) e **Luciana Aliaga** (UFPB), e

⁶ A lista completa dos programas e as informações de contato de cada um está disponível na página “Lista PPG” da ABCP. Disponível em: <https://cienciapolitica.org.br/web/pt-br/node/5462>. Acesso em: 31 de out. de 2023.

os pesquisadores **Francisco Pereira de Farias** (UFPI) e **Vitor Vasquez** (UESC), todos com algum vínculo com a revista ou com a UNICAMP em algum momento de suas carreiras, e cujas respostas, vindas de diversas agendas de pesquisa, aportam formulações fundamentais para o exercício reflexivo aqui proposto. Agradecemos aos/às nossos/as convidados/as pela participação na comemoração dos 30 anos da *Temáticas* e desejamos a todas/os uma ótima leitura!

SIMPÓSIO

1) Pensando no amadurecimento da Ciência Política nacional nas últimas décadas, quais são as contribuições que você elencaria como fundamentais para a compreensão dos avanços teóricos na sua área?

Euzeneia Carlos: No campo da Ciência Política, a agenda de pesquisa sobre as relações entre Estado e sociedade civil e seu papel no aprofundamento da democracia ocupou centralidade, marcando a trajetória acadêmica de gerações de pesquisadores nas últimas décadas. Não por acaso, o balanço crítico das últimas três décadas suscitado pelas perguntas da *Temáticas* espelhará meu próprio engajamento nessa agenda de pesquisa.

O contexto de transição do regime militar para a democracia no Brasil, nos anos 1980, foi marcado por diversas lutas sociais no campo da sociedade civil que clamavam pela abertura política e pelas eleições “Diretas Já”. Particularmente, a demanda de movimentos sociais e organizações civis por maior participação na elaboração de políticas públicas resultou na incorporação na Constituição Cidadã (CF/88) da participação como princípio da cidadania em diversos capítulos referidos às políticas públicas. De lá para cá, a agenda de pesquisa sobre a participação e suas relações com a democracia experimentou um processo de expansão que conduziu à sua consolidação e emancipação como campo de estudos próprio. Se, na década de 1980, os estudiosos lançaram seus holofotes para os chamados “novos movimentos sociais” e sua oposição ao Estado e às instituições, na

década seguinte, a inclusão das instituições participativas (como orçamento participativo e conselhos gestores) na gestão pública reposicionou a agenda para a relação entre Estado e sociedade civil e seu papel na produção de políticas públicas. A partir dos anos 2000, os desdobramentos desta agenda levaram aos estudos da ação coletiva de movimentos sociais (dentro e fora das instituições), de formas diversas de ativismos e de interação com o Estado na produção de políticas. Na última década, o foco nos efeitos da institucionalização na ação coletiva e as consequências políticas, culturais e sociais dos movimentos sociais têm conduzido ao aprofundamento desta agenda de pesquisa sobre a interrelação entre atores sociais e instituições políticas, sobretudo do Executivo, mas com crescimento nos estudos sobre as relações com o Legislativo, o Judiciário e os partidos políticos.

Quais os avanços teórico-analíticos impulsionados pela consolidação desta agenda de pesquisa? Em geral, os estudos se deslocaram de teorias estruturalistas ou, ao contrário, centradas na sociedade civil, para uma abordagem mais relacional e processual da ação coletiva e das interações. Neste desígnio, a compreensão da complexidade das relações entre Estado e sociedade civil e seus efeitos conduziu a três assertivas fundamentais e complementares:

I) Mútua constituição: por meio da tese da mútua constituição defendeu-se que as fronteiras analíticas entre Estado e sociedade civil, tradicionalmente conceituados como esferas dicotômicas e autônomas, são tênues e borradas, derivando a assumpção de que essas interrelações são mutuamente constitutivas e interdependentes. Por conseguinte, asseverou-se que a abordagem relacional das interações entre Estado e movimentos sociais, sendo mutuamente constitutiva não pode ser meramente contextualista, numa perspectiva de endogeneização do contexto. Os conceitos de encaixes institucionais e de ativismo institucional se inserem neste bojo, como resultantes de processos históricos de interação entre atores que são mutuamente constitutivos (cf. GURZA LAVALLE *et al*, 2019; ABERS, 2019; CARLOS, 2023).

II) Repertórios de interação: tensionando o modelo de ação coletiva baseado no conflito, o conceito de repertório de interação permitiu compreender a combinação circunstancial entre os repertórios

extrainstitucional e institucional, acionados por movimentos e organizações civis e suas reconfigurações ao longo do tempo. Assim sendo, reconheceu-se que os repertórios dos movimentos sociais abarcam múltiplas táticas tanto conflitivas quanto colaborativas, seja dentro ou fora das instituições. Tal reconhecimento também ampliou a agenda para a compreensão do Estado como conjunto heterogêneo de instituições e de atores (ABERS *et al.*, 2014; CARLOS *et al.*, 2017).

III) Institucionalização: a tese tradicional da institucionalização dos movimentos sociais e de seus efeitos na ação coletiva, guiada por categorias dicotômicas (*outsider vs insider*, *desafiante vs autoridade*, *autonomia vs cooptação*), interpretou o engajamento do movimento nas instituições políticas como decorrente da sua institucionalização, donde derivaria seus efeitos de complexificação organizacional, moderação dos objetivos, cooptação e desmobilização. Esta dicotomia estabelecida entre institucionalização e autonomia bloqueou avanços analíticos acerca da interrelação entre movimento e Estado. Importante inflexão nesta tese ocorreu a partir da desconstrução dessas dicotomias e polarizações, por um lado, e da valorização dos processos e mecanismos na análise da ação coletiva de movimentos e seus efeitos, por outro. Neste deslocamento, destaca-se a dissolução de três dicotomias que conduziram a uma interpretação mais complexa e relacional da interação socioestatal e da institucionalização: a) a oposição entre ação *outsider* e *insider*; b) a polarização entre conflito e cooperação; e c) a separação entre institucionalização, mobilização e autonomia. Argumentou-se em torno de uma análise processual e relacional da institucionalização enquanto um processo multidimensional e temporalmente contínuo. Tais avanços também permitiram maior adensamento analítico acerca das conseqüências políticas e sociais de movimentos nas políticas públicas e na gestão governamental, tipificando tais efeitos e as condições sob as quais ocorrem (CARLOS, 2015; CARLOS *et al.*, 2021).

Francisco Pereira de Farias: As últimas duas décadas assistiram no âmbito da Ciência Política brasileira a uma ampliação de abordagens, incluindo em especial os trabalhos que tratam o processo político em

sua “autonomia relativa”, isto é, na interdependência do tipo de relação política e o tipo de relação econômica dentro do todo social histórico. Há não apenas uma “afinidade eletiva” entre as esferas institucionais das ações sociais (Weber) ou uma “homologia” entre as estruturas das práticas sociais (Bourdieu), mas sobretudo uma “intervenção recíproca” do tipo de estrutura-instituição-prática: o processo da política burguesa produzindo efeitos condizentes à reprodução da economia capitalista (Poulantzas).

Podemos destacar nesta última direção os trabalhos de Décio Saes, *A república do capital: capitalismo e processo político no Brasil* (2001) e de Armando Boito Jr, *Reforma e crise política: os conflitos de classe nos Governos do PT* (2018). Poderíamos apontar também os trabalhos de André Singer, *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador* (2012), e *O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma* (2011-2016) (2018), os quais trariam uma adesão ao modo de construção da Ciência Política a partir desta abordagem dialética do processo social total.

Outros nomes de pesquisadores se acrescentam a essa indicação de novas abordagens, tais como Sebastião Velasco e Cruz (UNICAMP), na área de Relações Internacionais; Renato Perissinotto (UFPR), no estudo da política comparada; Andreia Galvão (UNICAMP), na pesquisa sobre a classe trabalhadora e os grupos de interesses; Flávia Biroli (UnB) e Luís Felipe Miguel (UnB), em análises sobre a democracia representativa e os novos movimentos sociais (gênero, etnias, meio ambiente); Ary Minella (UFSC), no estudo da burguesia financeira; Wagner Mancuso (USP), nas análises sobre as associações patronais; Marcus Ianoni (UFF), sobre as coalizões sociais e políticas; Celina Sousa (UFBA), nos estudos sobre federalismo, governo local e políticas públicas.

Luciana Aliaga: A formação dos programas de pós-graduação em Ciência Política no Brasil coincide com a profissionalização da disciplina e o estabelecimento de agendas e métodos próprios, que ocorreram em fins da década de 1960, sob influência da Fundação Ford e do financiamento externo da pesquisa e de pesquisadores do Sudeste brasileiro. Isso imprimiu fortemente a marca dos estudos estadunidenses na nascente Ciência Política brasileira, definindo as feições das pesquisas na pós-graduação

desde então. Tratando-se de influência externa, além dos Estados Unidos, recebemos também influência francesa, italiana e alemã, em ordem de importância. Ao mesmo tempo em que o financiamento externo e a formação de pesquisadores no exterior deram impulso à profissionalização da disciplina no Brasil, contribuindo para o aumento da produção intelectual nacional, essa produção foi assimilada quase inteiramente por agendas de pesquisa determinadas por temas e problemas distantes das nossas próprias mazelas. Nesse processo, poucas trocas realizamos com a produção latino-americana, por exemplo.

O tema da democracia, que se tornou essencial, principalmente a partir da abertura democrática nos anos 1980, em grande medida tomava como parâmetro as democracias do Norte global, perdendo de vista especificidades próprias. Nesse sentido, um dos avanços que se pode notar é um lento, mas progressivo, processo de nacionalização da teoria política. Estudos sobre Brasil e América Latina de modo mais geral, que visam identificar “encontros” entre intelectuais brasileiros e de outros países da América Latina, identificar pontos de contato e problemas comuns, formular conceitos e teorias mais adequados à nossa realidade específica surgiram mais recentemente.

Outro avanço lento e gradual pode ser notado também na formação de programas de pós-graduação em Ciência Política em regiões fora do eixo Sul-Sudeste brasileiro. Esse não é um fato de menor importância na medida em que o fator regional também impacta fortemente nas agendas de pesquisa, trazendo a lume novos problemas teóricos e práticos para a análise acadêmica, que se referem, entre outros, às características econômicas, culturais e políticas locais, ao desenvolvimento regional, ao problema da distribuição de recursos financeiros e culturais, aos conflitos por terra, às formas específicas de concretização do machismo e do racismo, ao colonialismo interno etc.

Suzeley Kalil Mathias: É muito controversa a ideia de “avanço”, pois é necessário perguntar “avanço para quem?”. Considerando que o papel da ciência é a mudança da vida coletiva para melhor, não sei se a Ciência Política amadureceu tanto assim.

Nas abordagens que contribuíram para a mudança social para melhor, destacaria os Estudos de Gênero e Diversidade e a Crítica à Colonialidade, com o desenvolvimento da abordagem DeScolonial (chamar de “decolonial” me parece recorrer no mesmo erro, hoje não mais possível de ser combatido, dos estudos de gênero, que se apropriou do termo em inglês sem a devida adaptação às línguas latinas) — que reforça a visão que é necessário deSconstruir a abordagem “mainstream” e edificar uma visão de ciência e de mundo que resgate a sabedoria dos povos que foram submetidos, pela violência, à Ciência Política europeia.

Verdade que houve uma série de novas abordagens incorporadas à Ciência Política e o desenvolvimento na aplicação de métodos de pesquisa de caráter quantitativo e qualitativo, como o desenvolvimento de pesquisas em rede, por exemplo. Talvez neste caso possa-se falar em avanço de forma consensual.

Vitor Vasquez: Eu atuo nas áreas de partidos e eleições e estudos legislativos. Em relação à primeira, os principais amadurecimentos ocorreram sobre o entendimento da competição partidária, especialmente em torno da estruturação coordenada por PT e PSDB (1994-2014); e dos debates em torno da fragmentação partidária, com destaque aos efeitos da possibilidade de coligações em eleições proporcionais sobre esse fenômeno.

Tais contribuições complexificaram as análises sobre o grau de institucionalização de nosso sistema partidário e, em última instância, da própria estabilidade da democracia brasileira, uma vez que demonstraram que os partidos brasileiros eram capazes de organizar a competição eleitoral internamente, interagindo entre si. Destaco ainda o avanço sobre a disputa político-partidária no âmbito municipal, com o entendimento que, embora guardem especificidades locais, em alguma medida se correlacionam com padrões estaduais e o nacional, sugerindo demarcada atuação partidária também nessa esfera política. Sobre a segunda, qual seja, estudos legislativos, avançamos quanto ao entendimento do papel do Legislativo em nosso processo decisório, identificando e analisando

a importância deste Poder na produção de leis, sobretudo a partir das comissões permanentes.

Por um lado, isso foi uma complementação ao que já vinha sendo desenvolvido pelo menos desde os anos 1990, quando se identificou que os partidos coordenavam o sistema governativo, com Executivos capazes de implementar suas agendas, por meio de coalizões estáveis que representavam seus interesses no parlamento. Aqui vale sublinhar a comprovação de que os parlamentares eram disciplinados em relação às orientações partidárias, o que negou o senso comum existente até então.

Por outro lado, acompanhou as mudanças institucionais que ocorreram mais recentemente em termos governativos, com o Congresso participando cada vez mais do processo legislativo, compartilhando o protagonismo com o Executivo nesse sentido. Estas contribuições teóricas incorporaram novas dimensões à análise da relação Executivo-Legislativo no Brasil e ajudam a compreender o atual arranjo decisório, marcado por transformações recentes, principalmente durante a gestão de Bolsonaro. Finalmente, um tema emergente, mas de suma importância, diz respeito ao interesse cada vez maior do campo neoinstitucionalista na questão da representação parlamentar, sobretudo em termos de raça e gênero.

Cabe destacar que alguns destes avanços teóricos mais recentes dialogam diretamente com debates feitos na vida política do país. Nesse sentido, destaco as discussões em torno das coligações em eleições proporcionais e sua proibição a partir das disputas municipais de 2018, bem como o avanço no debate sobre as cotas de representação que, atualmente, relaciona-se às fatias de financiamento eleitoral para mulheres e pessoas negras.

2) Como você avalia, enquanto docente e pesquisador(a), o desenvolvimento metodológico na Ciência Política nos últimos trinta anos? Houve avanços ou ampliações nos métodos de pesquisa utilizados?

Euzeneia Carlos: A Ciência Política alçou importantes avanços com a ampliação dos métodos de pesquisa, a combinação de diferentes

ferramentas metodológicas e os desenhos de pesquisa mais complexos e sofisticados. Tradicionalmente conhecida pela aplicação de métodos quantitativos e abordagens estatísticas, a disciplina tem se aproximado mais dos métodos qualitativos, mais usuais nas demais disciplinas das Ciências Sociais. O uso de métodos mistos que combinam ferramentas quantitativas e qualitativas, tais como survey e entrevista em profundidade ou análise documental, tem se mostrado eficaz para contrabalancear as limitações de cada método, a depender do desenho de pesquisa e do objeto de análise. Nessa finalidade, tem sido crescente a perspectiva de triangulação de diferentes fontes de evidências para fundamentar análises mais robustas.

Particularmente na agenda de pesquisa da participação, ação coletiva e interações socioestatais, foi vastamente utilizado o método qualitativo de estudo de casos, possibilitando uma compreensão em profundidade das experiências de Instituições Participativas e de movimentos sociais específicos, por exemplo. O crescente volume de casos estudados, aliado à busca de maior complexificação das análises e de capacidade de explicação generalizantes sobre os avanços e limites da participação para o aperfeiçoamento da democracia, foram paulatinamente aproximando os estudiosos do campo do método comparativo. Por conseguinte, os desenhos de pesquisa comparativos introduziram abordagens quantitativas que possibilitaram a construção de índices estatísticos que agregam um grande volume de dados empíricos. Sem entrar na discussão sobre as vantagens e deficiências de cada método, o fato é que os desenhos de pesquisa se tornaram mais sofisticados com a diversificação das ferramentas metodológicas e a combinação entre elas. Apenas para mencionar alguns exemplos, a ampliação da preocupação com a análise dos processos e mecanismos de ação coletiva aproximou o uso da abordagem histórica do *Process Tracing* e da análise longitudinal, assim como a preocupação com as condições combinadas que explicam as variações nos resultados levou à *Qualitative Comparative Analysis* (QCA), sem falar da recente expansão da adoção do método de *Protest Event Analysis* pelos estudiosos de movimentos sociais.

Não obstante, considerando a agenda de pesquisa sobre participação, ação coletiva e interações entre Estado e sociedade civil, muitos analistas têm enfatizado a necessidade de maior aprofundamento metodológico neste campo de estudos. Em geral, apontam a necessidade de estudos comparativos para identificar como movimentos interagem com o Estado, a variação nas inter-relações de um movimento para outro e ao longo do tempo no mesmo movimento. Além disso, o problema da conexão entre as configurações do movimento e do Estado na explicação das suas interações e consequências permanece insolúvel. Assim, cumpre registrar as limitações da literatura para mensurar efeitos causais quando se trata de desenho não-experimental, sendo necessária a aplicação de análises comparativas, multitemporais e casos quase-experimentais (cf. BOSI *et al.*, 2016). Se o campo de estudos da participação e da ação coletiva impulsionou avanços em termos teórico-analíticos nas três últimas décadas, a construção de desenhos de pesquisa comparativos com diferentes casos, contextos e temporalidades é imperativa para aprofundar a capacidade das explicações generalizantes.

Francisco Pereira de Farias: Em termos das técnicas de pesquisa, os estudos de Ciência Política no Brasil têm adquirido uma considerável sofisticação. Um panorama da utilização de técnicas quantitativas e qualitativas pode ser encontrado em Martins *et al.* (2010) e Perissinotto *et al.* (2022). No entanto, em termos do método de exposição, que seria o cerne do conhecimento científico, os avanços ainda se mostram tímidos. Tende a prevalecer nas pesquisas o método lógico-formal, construindo-se os referenciais teóricos que organizam os dados empíricos a partir de definições e sistemas axiomáticos. Ora, o problema maior desse método não seria o de voltar a conferir às informações empíricas — sempre em suspeição diante da dúvida metódica (Descartes) — o critério último de validação do conhecimento científico com a proposta de falseamento das teorias axiomáticas?

A questão é a de como se ter acesso ao teor de verdade das proposições que funcionam como os princípios-axiomas, senão pela adesão consciente ou inconsciente a um sistema de crenças (tradicionais,

carismáticas, racionais — para nos servir da tipologia clássica de Max Weber). Isso tende a produzir um duplo efeito interconectado: por um lado, reduz a Ciência Política a uma técnica de pesquisa; e, por outro, aproxima a teoria política ao domínio das filosofias políticas (liberalismo, cristianismo, marxismo — para recorrermos à classificação de Michel Debrun, em *O fato político* (1962)). O salto qualitativo vem, então, da história do pensamento dialético nas Ciências Sociais, em geral, e na Ciência Política, em particular (cf. GURVITCH, 1971).

Essa história tem uma longa duração, que se inicia no mundo antigo (por exemplo, a teoria das formas de governo em Platão), prolonga-se na época moderna (a teoria do direito em Kant e em Hegel, a teoria econômica em Marx) e chega aos dias de hoje a partir de pesquisas como as de Max Horkheimer, Paul Sweezy, Galvano della Volpe, Louis Althusser, James O'Connor. No Brasil, ainda estão em minoria os trabalhos em Ciência Política que lançam mão do método da sociologia histórica (Décio Saes, José Murilo de Carvalho, Luíz Carlos Bresser-Pereira, Armando Boito Jr, Sebastião Velasco e Cruz etc.) ou da história comparada (Rachel Meneguello, Argelina Figueiredo, Renato Perissinotto, Adriano Codato, Maria Hermínia Tavares de Almeida, Basílio Sallum Jr. etc), disciplinas mais abertas à influência da análise-síntese dialética. Talvez isso se deva em parte ao fato de que a pós-graduação teve a sua institucionalização recente nas universidades do país, em um processo marcado por conciliações com as antigas faculdades profissionalizantes, como a medicina, o direito, a engenharia civil, o serviço social.

Luciana Aliaga: Certamente houve avanços, no entanto, eles não ocorreram de modo homogêneo em todas as subáreas da Ciência Política. Grosso modo, é possível dizer que as metodologias quantitativas receberam grande aporte tecnológico, com o surgimento de diferentes técnicas e *softwares* que representaram um notável salto de qualidade nas pesquisas. No entanto, paradoxalmente, as históricas divisões entre subáreas teóricas e empíricas não foram superadas, ao contrário, parecem ter se aprofundado, ocasionando graves cisões no interior de diversos departamentos de Ciência Política no Brasil.

Os conflitos e as disputas entre perspectivas teóricas e empíricas, que se expressam também na divisão entre pesquisas qualitativas e quantitativas não são novos e nem representam uma especificidade brasileira. De certo modo, pode-se dizer que essa disputa nasceu junto (e em função) da definição da Ciência Política como disciplina acadêmica, autonomizando-se das Ciências Jurídicas e da História na passagem do século XIX para o XX, tanto na Europa quanto nos EUA. A partir daí não faltaram polêmicas sobre a concepção de “ciência”, sobre a diferenciação de métodos em relação às demais disciplinas das Ciências Humanas etc.

Como resultado dessa disputa houve uma subvalorização da teoria política, cujas pesquisas encontram menos espaços nas revistas científicas e sua produção é subavaliada nos processos institucionais. Esse é um verdadeiro paradoxo na medida em que me parece muito difícil separar as teorias políticas das realidades políticas concretas, analisadas, mensuradas e registradas pelos métodos quantitativos e empíricos. Com certeza tal subvalorização representa um grave prejuízo para a área da Ciência Política como um todo, que diminui sua acuidade científica na medida em que se torna cada vez menos crítica.

Suzeley Kalil Mathias: Conforme adiantado na resposta anterior, entendo que foi justamente em métodos de pesquisa que a Ciência Política avançou. Nas minhas pesquisas, incorporar as novas abordagens teóricas, assim como incentivar análises transdisciplinares, permitiu avaliar melhor os métodos de levantamento e análise de dados. O desenvolvimento da internet e da computação permitiu combinar um número maior de variáveis e aumentar as amostras e, conseqüentemente, sustentar melhor as hipóteses de pesquisa. Assim, entendo que foi em metodologia de pesquisa o principal avanço da Ciência Política.

Vitor Vasquez: Observo as duas situações nas últimas três décadas: avanços e ampliações metodológicas. Falando especificamente do neo-institucionalismo, passamos, gradativamente, a adotar metodologias cada vez mais refinadas, o que promoveu avanços técnicos e tornou o debate em torno do tema mais frequente e aprofundado. Iniciativas como escolas de

método e mesmo o repensar de disciplinas na graduação e pós-graduação em Ciência Política acompanharam esse movimento.

Inicialmente, a dinâmica atingiu sobretudo as pesquisas quantitativas; contudo, com o passar dos anos, não só cada vez mais pesquisas qualitativas foram sendo realizadas em nosso campo de estudo, como também se solidificou o debate sobre como estabelecer padrões de confiabilidade para este tipo de metodologia. Como resultado, ampliamos as discussões em torno das duas tradições metodológicas, incorporando definitivamente questões como transparência, replicabilidade, validade interna e externa e ética nas investigações que a Ciência Política brasileira realiza. Vale sublinhar que este desenvolvimento não ocorreu aleatoriamente. Pelo contrário, aconteceu na esteira do que vem sendo trabalhado internacionalmente.

Isto corrobora a importância de uma preocupação constante em termos de internacionalização da disciplina, não apenas visitando centros de pesquisa localizados fora do país, mas também recebendo pesquisadores(as) que trabalham em instituições de outras nacionalidades. Participar desses debates — consumindo, criticando e produzindo conhecimento sobre método —, é fundamental para o desenvolvimento e reconhecimento da Ciência Política brasileira. Afinal, ao adotar criticamente padrões de pesquisa compartilhados internacionalmente, aumentamos o alcance de nossas investigações e o reconhecimento interno de nossas proposições teóricas e empíricas.

Portanto, considero que, embora tenhamos progressos recentes nesse sentido, a preocupação deve ser permanente, inclusive buscando compartilhar o protagonismo nas discussões, e não apenas absorvê-las de forma passiva. Para tanto, é necessária uma contínua preocupação com o desenvolvimento metodológico das pesquisas, principalmente nos programas de pós-graduação. Mas não apenas neles, pois quanto antes se começar, mais fácil se desenvolver. Esta preocupação se relaciona ao atual desenvolvimento tecnológico da sociedade, que disponibiliza cada vez mais informações e possibilidades de pesquisas quantitativas e qualitativas.

3) O ciclo petista influenciou o desenvolvimento de diversas agendas de pesquisa dentro da Ciência Política nos últimos 20 anos. Temas como presidencialismo de coalizão e governabilidade, a experimentação de novas rotinas de interação entre estado e movimentos sociais — especialmente em políticas públicas —, pacto de conciliação de classes, contradições do lulismo, Junho de 2013, impeachment e antipetismo serviram de insumo para diversos debates e pesquisas. Considerando que o Partido dos Trabalhadores voltou a ocupar o executivo nacional e que o Brasil de 2023 não é mais o Brasil de 2003, que elementos novos podem influenciar esses estudos? O correto seria falar em continuidade ou renovação dessas agendas de pesquisa?

Euzeneia Carlos: A agenda de pesquisa da participação e das interações entre Estado e movimentos sociais foi centralmente influenciada pelos governos do PT nas últimas duas décadas. Considerado um contexto político favorável à participação da sociedade civil nas decisões governamentais, impulsionou o crescimento nos governos federal de Lula e Dilma (2003 a 2016) de um celeiro de experimentação de Instituições Participativas, com a expansão do número de conselhos em diferentes setores de políticas públicas e de conferências setoriais, essas últimas até então quase inexistentes. Afora a emergência de padrões de interação entre movimentos sociais e Estado menos conflitivos e mais cooperativos e colaborativos em torno da produção de políticas públicas, além de expressiva incorporação de ativistas de movimentos nas instituições, ocupando cargos na burocracia pública. Os estudos sobre os efeitos do engajamento institucional de movimentos e organizações civis sobre os padrões de ação coletiva e, mais recentemente, suas consequências nas políticas públicas possibilitaram contribuições à agenda da institucionalização.

A continuidade dos experimentos de participação na gestão pública ao longo do tempo, por mais de uma década, permitiu análises longitudinais de maior fôlego analítico, além de enriquecidas pela diversidade de casos que introduziram variação empírica nas explicações sobre as possibilidades e limites da participação. A janela de oportunidade no governo federal foi

acompanhada pela expansão das experiências de participação nos estados e nos municípios, ensejando estudos de casos e pesquisas comparativas no nível subnacional. A arena do Executivo se tornou predominante nos estudos para análise das interações socioestatais e seus efeitos nos atores e nas políticas. Tais incentivos empíricos e o interesse de pesquisa contribuíram para consolidação deste campo de estudos dentro da Ciência Política brasileira.

Entretanto, se os temas da participação institucional e da interação socio-estatal haviam dado o tom da agenda de pesquisa, na última década observamos mudanças na agenda de investigação. Novos atores e novos problemas emergiram na cena política, expressos em episódios indicativos de uma reconfiguração da ação coletiva, do ativismo e da relação Estado e sociedade civil. Foram emblemáticos deste período o Ciclo de Protestos de Junho de 2013, o Impeachment de 2016 e o crescimento dos movimentos sociais de direita. Com impactos no resultado das eleições de 2018, que conduziu o candidato de extrema direita Jair Bolsonaro (Sem partido, depois PSL) à Presidência da República, observa-se a reconfiguração das relações entre Estado e movimentos sociais, com a saída ou reposicionamento de ativistas e gestores da burocracia pública, a extinção de instituições participativas e mudanças conservadoras nas políticas setoriais. Caso emblemático do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH), na gestão da ministra de extrema direita Damares Alves, com efeitos na mudança institucional e mudanças conservadoras nas políticas públicas. Mesmo tendo sido derrotado nas eleições de 2022, com a vitória do candidato Lula do PT, o “bolsonarismo” segue como um fenômeno populista de extrema direita influente no resultado das eleições parlamentares nos níveis nacional e subnacional e na sociedade organizada.

A principal novidade introduzida foi o elemento contextual, ou seja, a emergência do populista de extrema direita no Executivo nacional e sua influência nos processos políticos. Esse foi acompanhado pela reconfiguração do ativismo e pela expansão dos movimentos de extrema direita na sociedade civil. Ainda que a gênese da extrema direita no Brasil do século XXI remeta ao início dos anos 2000, a sua consolidação aconteceu após o ciclo de Junho 2013 com os movimentos e associações

de direita (ALONSO, 2019; ROCHA, 2018). Desse ponto de vista, temos uma renovação da agenda de pesquisa. Por um lado, esta renovação na agenda versa sobre as consequências do conservadorismo de extrema direita nas políticas e nas instituições. Importa indagar: como as políticas públicas se transformam neste contexto de conservadorismo? Como o conservadorismo de direita influencia a trajetória de ativistas e gestores na burocracia federal? Conceitos como o desmonte de políticas públicas e a desinstitucionalização passaram a ganhar notoriedade, na tentativa de compreender não mais o processo de institucionalização de demandas de movimentos sociais, mas seu reverso, ou seja, como se desmantelam ou se reconfiguram as políticas públicas (BAUER, 2012). Trata-se de processos ainda pouco compreendidos, tendo a literatura especializada se concentrado sobretudo nas mudanças políticas e institucionais voltadas ao aprofundamento do *welfare state* e não no seu desmantelamento e desinstitucionalização.

A segunda novidade na agenda de pesquisa versa sobre as consequências na ação coletiva dadas pela reconfiguração do ativismo e das interações socioestatais. De um lado, tem-se a emergência e consolidação de movimentos de extrema direita e, de outro, a reconfiguração de movimentos sociais de esquerda com a saída de ativistas institucionais do Executivo. Neste processo, tem-se a (re)valorização de outras arenas de lutas sociais, particularmente a (re)apropriação do repertório das ruas (à direita e à esquerda), para onde se dirige muitos dos holofotes interpretativos. Mas também se tornou crescente a difusão da interação socio-estatal para outras arenas institucionais, seja o Legislativo seja o Judiciário, seja ainda os partidos políticos. Em ambas as frentes de investigação, a polarização política e a oposição nas interações entre movimentos sociais e Estado relembra o contexto de fechamento institucional e de repressão ao ativismo da década de transição para a democracia.

Por fim, se há novidades, também há continuidades na agenda de pesquisa. A continuidade consiste em acompanhar as trajetórias de mudanças nas políticas públicas, com todos os seus reveses, quer seja intra-governos do PT (Lula e Dilma), quer seja sob o jugo do conservadorismo de direita (Temer) e de extrema direita (Bolsonaro). Por seu turno,

permanecer inquirindo sobre as trajetórias de ativismos dentro e fora das instituições é fundamental para ampliar nossa compreensão sobre as (re) configurações da ação coletiva em diferentes contextos políticos.

O retorno do PT ao governo Federal, em 2023, traz importantes elementos para a análise dos processos de institucionalização e de mudanças nas políticas. Destacado é o papel do projeto político governamental, mas também da capacidade de resiliência das instituições e de reconstrução das políticas públicas. Não menos importante é o papel das frentes de resistência na sociedade civil, que não ficaram apáticas diante das tentativas de desmantelamento e retrocessos nos avanços democráticos outrora conquistados.

Francisco Pereira de Farias: O dado novo são os temas da reconstrução das políticas de desenvolvimento (econômico, social, externo), retomando o horizonte neodesenvolvimentista, sustentado pela coalizão ampliada de forças políticas e sociais que marca o Governo atual (cf. MAGALHÃES & OSÓRIO, 2023). Assim, repõe-se em boa parte as questões da agenda de pesquisa do período 2003-2016, tais como: a relação da política neodesenvolvimentista e as frações da classe capitalista, o padrão de compromisso social da hegemonia neodesenvolvimentista, as relações executivo, legislativo e judiciário no processo político do Governo Lula III, as variantes de pensamento econômico e social em ascensão. Mas o Brasil de 2023, como indicado na pergunta, já não é o mesmo de 2003; em especial, a classe trabalhadora e seus mandatários sindicais e partidários passaram pela experiência da frustração com um governo de tendências progressistas ou de centro-esquerda, frustração que tem como um elemento importante a desvinculação de setores de classes médias e da classe proletária com a política social dos governos petistas, em função do fetichismo do trabalho, entranhado nesses setores de classes.

Não era apenas porque houve um aumento de impostos para garantir o orçamento dos programas sociais, mas sobretudo porque a dimensão de renda básica ou universalista contida nessas políticas, em particular o Programa Bolsa Família (PBF), feria o discurso dominante do sentido do trabalho: o objetivo de gerar riqueza, e não de satisfazer

as carências materiais e culturais de indivíduos e grupos. Os trabalhos de beneficiária do PBF que cuida de parentes frágeis (crianças, idosos) ou do beneficiário que, por sua sub existência individual, simplesmente suscita a solidariedade da comunidade de classe, não podiam entrar na lógica da força de trabalho como capital variável. Mas uma segunda onda de frustração dos setores dominados com a solução social proposta pelas correntes política de direita e extrema direita põe na agenda dos analistas uma nova questão: como as forças sociais subordinadas na ordem atual se repositonarão diante da tendência à crise social — desemprego, degradação do meio-ambiente, xenofobia — trazida pela hegemonia do capital oligopólico e seus inevitáveis ciclos de inovações tecnológicas e de contenção de custos das empresas.

Luciana Aliaga: Acredito que as duas coisas: continuidade e renovação. A continuidade se deve ao fato de que problemas crônicos como desigualdade social, dívida pública e desenvolvimento econômico, crise ambiental, democracia e participação, violência urbana e rural, latifúndio e mineração ilegal, entre outros, permanecem como enormes desafios a serem enfrentados, no passado e no presente. Em alguns deles havíamos conquistado certo avanço, como na participação política, que foi favorecida pela Constituição de 1988 e seus desdobramentos legais posteriores, que aumentaram os canais de participação popular, por exemplo, por meio das Ações Diretas de Inconstitucionalidade, abrindo a possibilidade de associações civis demandarem diretamente do poder público. Também ao nível do Executivo, a criação de conselhos municipais, estaduais e federais durante os governos petistas foi fundamental para ampliação da participação nos processos decisórios de políticas públicas.

As políticas de transferência de renda também devem entrar na contabilidade das ações políticas progressistas na medida em que foram responsáveis — ao lado de outras políticas públicas — pela superação da fome no Brasil em 2014. E, justamente, o retorno do Brasil ao mapa da fome em 2015, durante o golpe institucional que derrubou a ex-presidente Dilma Rousseff e que agravou o quadro a partir de 2020, em função da ausência de políticas de assistência aos mais pobres durante a pandemia da

Covid-19, aponta para o importante retrocesso representado pelas políticas dos governos Michel Temer e Jair Bolsonaro, logo após a profunda crise política dos anos 2013-2016. Esses eventos tiveram uma enorme força de destruição tanto das políticas públicas de saúde, educação e assistência social, quanto para as relações políticas, dentro e fora do Congresso Nacional.

Desse modo, surge uma nova agenda que se dedica a compreender as dimensões da crise política internacional, que deu oportunidade para que as extremas direitas se reorganizassem em todo mundo, dando suporte para governos incivilizados e reacionários como o de Donald Trump nos Estados Unidos e o de Bolsonaro no Brasil, entre outros. Especificamente no Brasil, procura-se compreender ainda a dimensão dos estragos causados pela militarização da política, pela emergência da violência como política de massas e pelos acordos de balcão elevados à enésima potência desde 2018, que esgarçaram não apenas o presidencialismo de coalizão, mas toda a nossa frágil democracia, e deram um enorme poder para os políticos e para as legendas fisiológicas no Congresso Nacional. Contudo, infelizmente, essa novíssima agenda é tão velha quanto a república brasileira, mas, agora se reapresenta de modo cada vez mais grave, aprofundando problemas nunca solucionados no Brasil.

Suzeley Kalil Mathias: Creio que essa terceira pergunta explica, ainda que em parte, a resposta que dei à primeira: o avanço de uma disciplina deve ser avaliado tendo em mente “para quem?”. A agenda aqui colocada, em minha opinião, é uma parte muito pequena da pesquisa em Ciência Política, aquela relacionada com conjuntura e sua análise. A agenda de pesquisa com a qual trabalho, que não é conjuntural, não foi mencionada e tem um impacto muito forte sobre as relações entre Estado e sociedade. Especificamente trabalho no chamado campo das “relações civis militares”. Neste caso, o desenvolvimento de estudos sobre “novas guerras”, sobre o “impacto da tecnologia no desenvolvimento da guerra” e sobre as formas de profissionalização militar impactou bastante o desenho de pesquisa dos jovens cientistas. Segundo entendo, no campo de estudos da defesa e das relações civis militares, os mandatos do Partido

dos Trabalhadores tiveram impacto menor do que em outras áreas. Houve aumento de financiamento, mas uma distribuição perversa, pois alimentou a visão de que o “objeto de estudo” (forças armadas) pode ser “sujeito de suas próprias pesquisas” dando legitimidade a uma situação que sequer é legal, qual seja, da presença militar no processo de decisão política.

O retorno de Lula ao poder não implicou, a meu ver, no retorno do Partido dos Trabalhadores. Ao contrário, temos visto o retorno de um comportamento governamental que, me parece, está ultrapassado e que tem incidido de forma contraproducente no campo das relações civis-militares, tanto do ponto de vista da ação política quanto dos estudos sobre forças armadas e defesa. Assim, há continuidade entre o que foram os governos Lula no passado e agora. Porém, o Brasil e o mundo do início do milênio não são os mesmos da sua segunda década.

Vitor Vasquez: Talvez não falasse em continuidade ou em renovação. Entendo que as agendas de pesquisa das Ciências Sociais estão em constante revisitação, crítica e reconstrução, e isso se deve à própria característica dinâmica de nossos objetos, que não são estanques no tempo e espaço. De todo modo, devemos assumir que certos padrões que considerávamos estáveis se modificaram recentemente e, provavelmente, o principal deles está associado ao fim da polarização PT-PSDB nas disputas presidenciais, que se desdobram em novos elementos mais marcantes, como bolsonarismo, novos padrões de governabilidade, alterações no comportamento eleitoral e mudanças nos protagonistas do sistema partidário. Fundamental demarcar que a separação destas novidades é mais analítica do que real, porque, em termos políticos, esses fenômenos estão associados.

Para expor meu ponto de vista, ainda que junho de 2013 seja um marco temporal fundamental, começarei nas eleições gerais de 2018, pois seus resultados confrontaram as principais teorias sobre o período pós-redemocratização desenvolvidas pela Ciência Política neoinstitucionalista até então. Em 2018, o candidato à presidência do PSDB, Geraldo Alckmin, conquistou menos de 5% dos votos válidos no primeiro turno, encerrando a rivalidade que tucanos e petistas protagonizaram entre 1994 e 2014.

O responsável pelo fim do ciclo, Jair Bolsonaro, elegeu-se presidente da República concorrendo por um partido até então insignificante no sistema partidário, o PSL. Portanto, o resultado eleitoral de 2018 não só fez a Ciência Política brasileira repensar a estruturação do sistema político brasileiro que tinha como pivôs PT e PSDB, como desafiou a interpretação de um sistema partidário estável e previsível, que seria coordenado por partidos institucionalizados e capazes de organizar as disputas eleitorais.

Para vencer as eleições, Bolsonaro adotou um discurso antipolítica que buscou associar o presidencialismo de coalizão a barganhas partidárias relacionadas à corrupção. Assim, o candidato se apresentou como antípoda do PT, aproveitando-se do crescente antipetismo que marcava o eleitorado à época, prometendo acabar com o “toma lá, dá cá” da política brasileira, que teria sido a marca dos últimos governos no Brasil, inclusive o dos tucanos. Por fim, adotou um tom que, por vezes, era abertamente antidemocrático. Fato é que Bolsonaro, uma vez no governo, renunciou a uma coalizão formal. Por outro lado, o Executivo pouco legislou, sobrando ao Legislativo o protagonismo nas tomadas de decisão, como ficara patente durante a gestão da pandemia. Além disso, sua ascensão ao poder ocorreu em paralelo ao ganho de relevância de partidos localizados mais à direita do espectro político — como PL, PP, União Brasil e Republicanos — em detrimento de antigos protagonistas, destacadamente PSDB e MDB. Ou seja, sua vitória se associa a uma reconfiguração do sistema partidário brasileiro, que mantém o PT como um de seus eixos estruturantes e deixa seu outro pólo em aberto, mas localizado mais à direita do que anteriormente. Consequentemente, se associa a uma mudança no perfil do eleitor brasileiro, constituído de uma parcela significativa cuja preferência política flerta com valores vinculados à direita.

Nesta esteira, políticos e igrejas neopentecostais ganham protagonismo e, ao mesmo tempo, valores democráticos, relacionados à qualidade da democracia, perdem adesão junto aos eleitores. Tudo isso em um contexto no qual a comunicação político-eleitor tem as redes sociais como novidade. Portanto, há muita coisa a ser considerada e compreendida antes mesmo de adentrarmos nas investigações sobre o novo ciclo petista recém-anunciado. Mas isso não significa abandonar tudo que foi

desenvolvido do ponto de vista teórico e empírico até aqui; como disse no início, é preciso revisitar, criticar e (re)construir nossas matrizes teóricas.

4) Dada a ampliação do escopo dos temas trabalhados na Ciência Política nas últimas décadas, como você avalia as agendas de pesquisa no campo? Há temas emergentes? Quais desafios se apresentam para as investigações futuras?

Euzeneia Carlos: Na agenda de pesquisa acerca das interações socio-estatais e seus efeitos nos atores e nas políticas, permanece a centralidade do processo político implicado na tríade Estado, sociedade civil e políticas públicas. Os avanços foram expressivos nas três últimas décadas. Porém, alguns desafios são persistentes, com destaque a seis subtemas:

I) Consequências de movimentos sociais: necessidade de expansão da agenda de efeitos de movimentos sociais investigando além das consequências políticas, institucionais e biográficas também os efeitos na sociedade e no mercado. Sobretudo, o impacto de movimentos na mudança de regime e na mudança institucional, requer analisar cuidadosamente outros possíveis fatores explicativos da mudança que não as mobilizações.

II) Processos e mecanismos: a integração entre diferentes níveis de análise (micro, meso e macro) ainda é um desafio na explicação de como movimentos influenciam a mudança política e social. Um dos caminhos trilhados é a investigação acerca dos mecanismos processuais que incidem sobre a capacidade de movimentos produzirem efeitos. A integração na análise dos mecanismos e dos processos busca demonstrar uma explicação mais dinâmica das interações e seus resultados na mudança política. A literatura já identificou vários mecanismos processuais que favorecem os resultados de movimentos e as mudanças (mecanismos cognitivos, psicossociais, relacionais, institucionais). Porém, esses não são determinísticos, mas vistos como conjunturais e combinados a um conjunto deles. O desafio é encontrar as recorrências (padrões) e as variações para aprofundar a compreensão do como as consequências

são produzidas. Reconhecer a dinâmica agência-estrutura, integrando os níveis micro e macro nas análises, passa pela compreensão dos diversos mecanismos processuais.

III) Temporalidade: Para entender como e quando movimentos produzem resultados é preciso prestar atenção na interação mutuamente influenciada entre movimentos e Estado, em um longo período de tempo que não é limitado a um ciclo de protestos, mas considera diferentes tipos de *contentious* que são interrelacionados. Isso requer que estudiosos não focalizem somente em processos de curto prazo, mas avaliem também consequências da mobilização de longo prazo.

IV) Políticas públicas: maior integração da especificidade dos setores de políticas públicas nos quadros analíticos das interações entre movimentos sociais e Estado, em que pese o papel da institucionalização da política e das capacidades estatais.

V) Institucionalização: a ascensão da extrema direita no país colocou um desafio novo que é a compreensão dos processos de desinstitucionalização de encaixes e de desmonte de políticas antes influenciadas por movimentos sociais. Afinal, como o conservadorismo de extrema direita afeta a incidência dos movimentos sociais nas políticas públicas e nas instituições? A introdução da variação do contexto político na agenda, entendido como endógeno ao processo político, pode aprofundar nossa compreensão sobre os processos de institucionalização ao longo do tempo.

VI) Repressão: necessidade de acentuar nossa compreensão sobre o papel da repressão e das oposições no confronto político, não somente no Estado, mas na sociedade. Dado o contexto de repressão estatal ao ativismo, à participação da sociedade civil e às pautas de grupos tradicionalmente excluídos, emergente do conservadorismo de extrema direita, como a repressão institucional afeta o engajamento, as mobilizações e seus resultados? Como a presença de oposição organizada na sociedade (contramobilização ou contramovimento) afeta os resultados dos movimentos sociais? Quais as implicações para o padrão de ação coletiva de movimentos sociais e ativismos, inclusive para o uso da violência nos

repertórios de ação? Inquirir sobre o papel da repressão governamental e das ameaças nos resultados dos (e nos) movimentos sociais se impõe como importante agenda de pesquisa.

Francisco Pereira de Farias: Considerando a área de comportamento político, a qual tenho concentrado meus estudos, observamos uma renovação temática nos estudos sobre os conflitos e as coalizões políticas, que vão do tema do presidencialismo de coalizão (F. Abrúcio, L. Avritzer) ao das coalizões partidárias (R. Meneguello, A. Singer, O. Amaral) e sociais (A. Boito Jr., L. C. Bresser-Pereira, M. Ianoni). Há também o desenvolvimento de novas abordagens na linha das análises sobre as atitudes e motivações políticas, como atestam as pesquisas de Bernardo Ricupero (USP), Andrei Koerner (UNICAMP), Renato Perissinotto (UFPR) e Vera Cepêda (UFSCAR).

O tema da integração do Brasil ao mercado latino-americano tem suscitado novas análises a partir de uma reavaliação das teorias da dependência, como indicam os trabalhos de Tatiana Berringer (UFABC), Angelita Matos (UNESP), Leonardo Granado (UFRGS) e Caio Bugiato (UFRRJ). Talvez o maior desafio à Ciência Política no Brasil atual consista em — aproveitando das correntes institucionalistas, que postulam a autonomia da política, especialmente a tendência em tratar a política como variável independente — considerar os efeitos do político sobre o econômico, o religioso, o artístico etc., superando uma herança de determinismos econômico, geográfico, moral que bloqueavam os avanços em teoria política e história política.

Luciana Aliaga: Sim, há temas emergentes. Além daqueles já citados na resposta à pergunta anterior, é preciso chamar a atenção para os estudos que na atualidade se debruçam sobre a colonialidade. Esses estudos são bastante plurais; grosso modo, emergem nas décadas de 1970 e 1980 na Índia, Austrália, Inglaterra e Estados Unidos e, posteriormente, difundem-se também na América Latina. No Brasil, esse tipo de estudo, que enfoca a crítica às relações sociais que produzem no presente subalternidades e concepções coloniais, difundido especialmente pelos estudos feministas,

anticoloniais e antirracistas, chegou tardiamente, por volta dos anos 2010. Nas Ciências Sociais, a porta de entrada foi a área de Antropologia, mas a Sociologia, em alguns anos, equiparou-se em produção e em número de pesquisadores/as. Na Ciência Política, no entanto, os estudos de colonialidade (pós-coloniais, decoloniais, epistemologias do Sul, *Subaltern Studies*) permanecem ainda em um estágio bastante incipiente. Parece-me que esta é uma importante agenda de investigação sobre a qual a Ciência Política pode e deve se debruçar.

Suzeley Kalil Mathias: A ampliação do escopo dos temas trabalhados apenas reflete a complexidade das dinâmicas econômicas, sociais e políticas do mundo. Entendo que é uma atualização necessária e que diz respeito a como as Ciências são vidas. Quando um dado campo científico não mais acompanha a realidade, então ele já não é mais ciência.... Creio que o maior desafio que se apresenta à Ciência Política em particular, que é reflexo dos desafios das Ciências Humanas em geral, é deveras antigo: em primeiro lugar, penso que as Ciências Humanas devem encarar que toda ciência é humana, sendo seu objeto físico, virtual, social ou psicológico. Penso que o papel da ciência, de todas as ciências, é proporcionar compreensão para a mudança, aplainando o terreno para que a humanidade evolua de forma sustentável, equânime, cooperativa e solidária. Portanto, o desafio para a Ciência Política hoje não é diferente do que foi no passado: trata-se de ser uma ciência ativa (não é menor que nenhuma outra ciência) e ativa (seu maior objetivo é alimentar a transformação).

Vitor Vasquez: Há temas emergentes, mas há temas clássicos que se apresentam de forma distinta no contexto atual, e estes fenômenos se conectam, como no caso da relação entre redes sociais e comportamento eleitoral. Redes sociais conformam um fenômeno recente, contudo, o comportamento eleitoral é um assunto tradicional da Ciência Política neoinstitucionalista. O desafio está justamente em interpretar um fenômeno social atual a partir do arcabouço teórico pré-existente para, a partir disso, (re)construir teorias.

Outro fenômeno recente que se insere nessa dinâmica — e todas as novidades acabam se inserindo também — diz respeito à crise das democracias representativas que também atingiu o Brasil. Nesse sentido, vale refletir sobre os limites da democracia representativa tanto em termos de aderência aos eleitores (qualidade da democracia), quanto em sua insuficiência em resolver problemas estruturais como racismo e desigualdade (universalismo e representação).

Isto se reflete em duas agendas (desafios) do nosso campo: o crescimento de preferências autoritárias junto ao eleitorado e o déficit de representação, inclusive quantitativo, que caracteriza a política institucional brasileira. Sobre o avanço de preferências antidemocráticas, cabe ao campo buscar responder por que valores democráticos perderam aderência recentemente e como a socialização política mediada pelas redes sociais está correlacionada a esse processo. Questões como desinformação (*fake news*) e disparo de mensagens em massa (atualmente proibido pela legislação eleitoral brasileira), por exemplo, associam-se à formação das preferências políticas dos eleitores e estão vinculadas à propagação de ideias autoritárias. E em relação à questão da representação, é preciso investigar essa dinâmica perpassando a organização partidária, o recrutamento de elites, o financiamento de campanha, a viabilidade eleitoral e a consequência disso tudo em termos à representação desproporcional de grupos da sociedade com destaque à sub-representação de gênero e raça.

Do ponto de vista metodológico, os desafios que surgem tangenciam questões técnicas e éticas. Em termos técnicos, deve-se considerar novas formas de realizar pesquisa, como por meio do uso de *big data* ou com metodologias novas como a etnografia digital. Além disso, devemos considerar novas possibilidades como entrevistas à distância, disponibilização de fontes de dados como digitalização de acervos, aplicação de *surveys* digitais etc. Todo esse universo de possibilidades, entretanto, impõe desafios éticos no sentido de preservar os participantes privados das pesquisas, como pessoas pertencentes a grupos de WhatsApp ou entrevistados por outras mediações digitais. Assim, é preciso perseguir a transparência no uso destas novas possibilidades metodológicas, mas sempre respeitando o limite ético de preservar os participantes.

SOBRE AS/OS PARTICIPANTES:

Euzeneia Carlos é doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (2012) com Pós-Doutorado pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (2019). Atualmente é professora adjunta do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). É coordenadora do Núcleo de Participação e Democracia (NUPAD/UFES) e atua como pesquisadora do CEBRAP. Coordenou também o PIBID Ciências Sociais da UFES no período de 2014 a 2017. Publicou cinco livros, sendo o mais recente deles *Desastre e desgovernança no Rio Doce*: atingidos, instituições e ação coletiva (2022). É membro do conselho editorial nacional da *Temáticas* desde 2018.

Francisco Farias é doutor pela Universidade Estadual de Campinas (2010), com pós-doutorado na Universidade de São Paulo (2018) e na UNICAMP (2022). Atualmente é pesquisador no Núcleo de Estudos e Pesquisas Estado Democrático e Sociedade Contemporânea e também no Grupo de Pesquisa Neoliberalismo e Relações de Classes no Brasil. É professor associado nos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Piauí (UFPI). É membro do conselho editorial nacional da *Temáticas* desde 2019 e foi um dos organizadores do dossiê “O ciclo *petista*: reflexões a partir das Ciências Sociais” (v. 27, n. 53, 2019).

Luciana Aliaga é doutora em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (2013). Atua como professora adjunta no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e no Programa de Pós-Graduação de Ciência Política e Relações Internacionais (PPGCPRI/UFPB) na mesma universidade. Ocupou o cargo de secretária da International Gramsci Society no Brasil no período de 2019 a 2021. Hoje é coordenadora do Grupo de Pesquisa Materialismo e Modernidade

(GPMM-UFPB). Publicou os livros *Gramsci e Pareto: Ciência, História e Revolução* (2017) e *Do Sul ao Norte: uma introdução à Gramsci* (2021). É membro do conselho editorial nacional da *Temáticas* desde 2018.

Suzeley Kalil é doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (1999), com Pós-Doutorado na Universidad Nacional de Educación a Distancia no Instituto Universitario “General Gutiérrez Mellado” (2008). É professora livre-docente nos cursos de Graduação e de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual Paulista. Coordena o Grupo de Estudos sobre a Paz (2008 - atual). Foi membro do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES) entre 2001 e 2022, e é pesquisadora do CNPq (PQ 2). Já colaborou com a *Temáticas* ao publicar artigo no dossiê “*Militares e militarismos: perspectivas interdisciplinares sobre o universo militar*” (v. 28, n. 56, 2020).

Vitor Vasquez é doutor em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (2020), com período sanduíche na Universidade da Califórnia — San Diego. Mestre em Ciência Política também pela UNICAMP, onde se graduou em Ciências Sociais, com habilitação na área de Ciência Política. Atualmente é professor no curso de Licenciatura em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) e professor colaborador no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política na Universidade Federal do Piauí (PPGCP/UFPI). Pesquisador do CEBRAP vinculado ao projeto temático Instituições Políticas, Padrões de Interação Executivo-Legislativo e Capacidade Governativa. É membro do corpo de pareceristas da *Temáticas* desde 2019.

REFERÊNCIAS

ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertório de interação Estado-sociedade em um Estado heterogêneo: a experiência da Era Lula. *Dados*, v. 57, n. 2, p. 325-357, 2014.

- ABERS, Rebecca. Bureaucratic Activism: Pursuing Environmentalism Inside the Brazilian State. *Latin America Politics and Society*, v. 61, n. 2, p. 21-44, 2019.
- ALONSO, Angela. A gênese de 2013: formação do campo patriota. *Journal of Democracy*, v. 8, n. 1, p. 9-119, mai. 2019.
- AVRITZER, Leonardo; MILANI, Carlos R. S.; BRAGA, Maria do Socorro. do S. (Orgs.). *A ciência política no Brasil, 1960-2015*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016.
- BAUER, Michael *et al.* (Org.). *Dismantling public policy: preferences, strategies, and effects*. New York: Oxford University Press, 2012.
- BOSI, Lorenzo; GIUGNI, Marco; UBA, Katrin. The consequences of social movements: taking stock and looking forward. In: BOSI, L.; GIUGNI, M.; UBA, K. (orgs), *The Consequences of Social Movements*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 3-38, 2016.
- CARLOS, Euzeneia. Interações entre movimentos sociais e Estado e seus efeitos: um desafio para as teorias dos movimentos sociais. *Política & Sociedade*, 2023 (no prelo).
- CARLOS, Euzeneia. *Movimentos sociais e instituições participativas: efeitos do engajamento institucional no contexto pós-transição*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.
- CARLOS, Euzeneia; DOWBOR, Monika; ALBUQUERQUE, Maria do Carmo. Movimentos sociais e seus efeitos nas políticas públicas: balanço do debate e proposições analíticas. *Civitas*, v. 17, n. 2, p. 360-378, 2017.
- CARLOS, Euzeneia; DOWBOR, Monika; ALBUQUERQUE, Maria do Carmo. Efeitos de movimentos sociais no ciclo de políticas públicas. *Caderno CRH*, v. 34, p. 1-23, 2021.
- GURVITCH, Georges. *Dialética e sociologia*. Lisboa: Dom Quixote, 1971.

- GURZA LAVALLE, Adrian; CARLOS, Euzeneia; DOWBOR, Monika; SZWAKO, José. *Movimentos sociais e institucionalização*. Políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2019.
- LESSA, Renato. O campo da ciência política no Brasil: uma aproximação construtivista. *Revista de Estudos Hum(e)anos*, n. 2, p. 3-31, 2011.
- MAGALHÃES, Juliana Paula; OSÓRIO, Luiz Felipe. (Orgs.). *Brasil sob escombros: desafios do governo Lula para reconstruir o país*. São Paulo, Boitempo, 2023.
- MARTINS, Carlos B.; LESSA, Renato; FIGUEIREDO, Argelina Maria Cheibub. *Horizontes Das Ciências Sociais No Brasil*. Ciência Política. São Paulo SP: ANPOCS Instituto Ciência Hoje: Discurso Editorial : Barcarolla : São Paulo, SP, 2010.
- OLIVEIRA, Amurabi; ENGERROFF, Ana Martina B.; SILVA, Camila F. da; SANTOS, Beatriz M. C. dos.. A trajetória da ciência política no Brasil e a sua autonomização: uma análise a partir dos programas de pós-graduação. *Pro-posições*, 32, e20190059, p. 1-22, 2021.
- PERISSINOTTO, Renato; BOTELHO, João Carlos A.; Bolognesi, Bruno; BATISTA, Maria; SANTOS, Manoel L. *Política comparada: teoria e método*. Eduerj: Rio de Janeiro, 2022.
- PISMEL, Adriana C.; SACRAMENTO, Jonatan J.; TRESOLDI, Maria Caroline M. A editoração científica como artesanato intelectual. *Temáticas*, Campinas, SP, v. 31, n. 61, p. 394-410, 2023. DOI: 10.20396/tematicas.v31i61.18287. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/18287>. Acesso em: 30 out. 2023.
- ROCHA, Camila. “*Menos Marx, Mais Mises?*”: Uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, USP, 2018.

SILVA, Enrico P. B. da; TRESOLDI, Maria Caroline M. Passado, presente e futuro: perspectivas sobre a teoria social no Brasil. *Temáticas*, Campinas, SP, v. 31, n. 61, p. 352–393, 2023. DOI: 10.20396/tematicas.v31i61.18285. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/18285>. Acesso em: 30 out. 2023.

TRESOLDI, Maria Caroline M.; HELAYEL, Karim A. Horizontes do pensamento social brasileiro. *Temáticas*, Campinas, SP, v. 31, n. 61, p. 309–351, 2023. DOI: 10.20396/tematicas.v31i61.18284. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/18284>. Acesso em: 29 out. 2023.

Texto recebido em 01/10/2023 e aprovado em 02/10/2023.